REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

Contabilidade do Terceiro Setor
Enfoque na Contabilidade das Igrejas de Cotia e Itapevi

Jéssica Yumi Kurauti Stephano [1]
Natasha Young Buesa [2]

Resumo

Este artigo fez o estudo da contabilidade eclesiástica, que é aplicável às igrejas, entidades que pertencem ao Terceiro Setor. Seu objetivo foi verificar se as igrejas das regiões de Itapevi e Cotia possuem registros contábeis e se elas se preocupam com a transparência das informações. Foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, com estudo de caso, mediante aplicação de questionários. Concluiu-se através deste trabalho que a maioria das igrejas das regiões pesquisadas possui registros contábeis, presta contas às suas sedes e apresenta seus relatórios aos membros, comprovando sua preocupação com relação à transparência das informações.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Igrejas, Contabilidade, Transparência, Contabilidade Eclesiástica.

INTRODUÇÃO

Este artigo procurará tratar da contabilidade do terceiro setor com foco nas Igrejas. Caracterizar-se-ão algumas das peculiaridades dessas organizações no que tange à contabilidade, como a questão do *superávit* ao invés do lucro e as suas aplicações, bem como a importância da transparência dos dados contábeis. Não que nas demais organizações não seja importante, mas no Terceiro Setor esse fator é essencial. Será realizado um estudo de caso nas Igrejas de Cotia e Itapevi.

Primeiramente o tema foi assim escolhido por existir certa curiosidade quanto ao funcionamento da contabilidade quando se trata de entidades sem fins lucrativos. É fato que pouco se fala em contabilidade de Igrejas e templos de qualquer culto, se comparado à demanda existente, pois há milhares dessas entidades no Brasil e sem

[1] Bacharel em Ciências Contábeis pela FAC São Roque, 2012.

[2] Pós-graduada em Controladoria pela Associação Educacional Nove de Julho (Uninove) e graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque. Autora do livro Usted! Curso de Espanhol para Brasileiros, professora de castelhano e língua portuguesa e professora de Ensino Superior.

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

dúvida todas elas precisam de registros contábeis. Essas entidades por terem alguns benefícios fiscais como a imunidade tributária, por exemplo, devem ter grande preocupação em atender satisfatoriamente às exigências do fisco, como também da contabilidade societária a fim de atingir a transparência e a realidade das informações contábeis da entidade.

Também as igrejas são alvo de grandes críticas a respeito da destinação de seus recursos, e a contabilidade é um instrumento eficaz na prova de onde e como eles foram utilizados pela entidade. A contabilidade é um meio de comprovação da seriedade da entidade.

Este trabalho acadêmico visa responder algumas indagações como: quais são as peculiaridades contábeis das entidades do Terceiro Setor? Se é que existem. E considerando que essas entidades possuem críticos quanto à utilização dos recursos dos fiéis, será que as Igrejas têm a transparência necessária das suas informações contábeis perante a sociedade?

Espera-se verificar a distinção entre o resultado dessas entidades com o de organizações cuja finalidade é a obtenção de lucro. A proposta é a de sempre haver reinvestimento na entidade, e não remuneração aos participantes dela.

Este artigo tem por objetivo geral verificar se as igrejas das regiões de Itapevi e Cotia possuem registros contábeis e se elas se preocupam com a transparência das informações. Este trabalho será desenvolvido através de pesquisa exploratória e qualitativa, pois ela é caracterizada pela busca de conhecimentos mais profundos sobre determinado assunto. Também será utilizada a pesquisa descritiva e quantitativa, pois serão desenvolvidos questionários como auxilio à conclusão da pesquisa. E por fim, será uma pesquisa bibliográfica mediante coleta de informações em livros, *internet,* dentre outros (GIL, 2010).

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 TERCEIRO SETOR

1.1.1 Conceito

Para definir o conceito de terceiro setor, podem-se citar diversos autores, cada um oferecendo uma definição, que se somadas possibilitam uma melhor interpretação.

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

Segundo Hudson (2004 *apud* OLIVEIRA e ROMÃO, 2011) o terceiro setor está baseado em organizações com finalidades sociais, ao invés de econômicas, sendo que em sua essência envolvem trabalhos artísticos, religiosos, sindicais, de caridade, entre outros trabalhos voluntários.

O terceiro setor é formado por entidades que, voluntariamente, buscam o bem coletivo da sociedade, sem ter em vista o lucro, e por isso são chamadas de entidades sem fins lucrativos (ESFL). Pode-se atribuir ao terceiro setor a tentativa de preencher as lacunas dos serviços que o Estado não preenche, sendo uma tentativa privada, mas com finalidade pública, por não se ater ao retorno próprio e pessoal, mas sim ao coletivo (DELATORRE, 2002).

Cardoso (2000, *apud* OLIVEIRA e ROMÃO, 2011, p. 28) afirma que:

> o próprio conceito de Terceiro Setor, seu perfil e seus contornos ainda não estão claros nem sequer para muitos autores que o estão compondo. São vários os termos que temos utilizado para caracterizar este espaço que não é Estado nem mercado e cujas ações visam ao interesse público: iniciativas sem fins lucrativos, filantrópicos e voluntários.

A ITG (Interpretação Técnica Geral) 2002 item 3 (CFC, 2012) estabelece que:

> a entidade sem finalidade de lucros pode exercer atividades, tais como as de assistência social, saúde, educação, técnico-científica, esportiva, religiosa, política, cultural, beneficente, social e outras, administrando pessoas, coisas, fatos e interesses coexistentes, e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária.

Segundo Oliveira e Romão (2011), pode-se dizer então que na verdade o conceito de terceiro setor não deixa os limites de atuação das organizações muito bem definidos, mas o que de fato se afirma é que ele se encontra entre o Governo e a iniciativa privada, isto é, é basicamente formado por entidades, que embora sejam de iniciativas privadas, não visam o lucro e ainda que não sejam do Governo, objetivam o bem coletivo da sociedade.

Ainda de acordo com os autores, em alguns casos esse tipo de entidade com fins sociais pode até mesmo auxiliar o Estado no cumprimento de seus deveres, suprindo as necessidades da sociedade, uma vez que o Governo encontra-se incapaz de satisfazê-las com eficiência.

Hudson (1999, p. XII) afirma que:

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

> as organizações do terceiro setor são movidas por um desejo de melhorar o mundo. As pessoas que administram e que trabalham para elas de forma voluntária acreditam na criação de um mundo mais justo, mais compreensivo, mais esclarecido e mais saudável.

Oliveira e Romão (2011) ainda defendem que na realidade essas possíveis carências da sociedade, não necessariamente devem ser supridas por entidades sem fins lucrativos, mas quando assim acontece, surge o chamado terceiro setor. Em muitos casos essas entidades têm auxílio do Governo quanto aos recursos, que podem vir através de subsídios, incentivos fiscais, imunidades, isenções, transferências, etc. Entretanto, é muito comum que mesmo assim, por conta de seus ideais e metas, as organizações busquem recursos de terceiros, para custear seus projetos e funcionamento.

1.1.2 Origem no Mundo

Segundo Oliveira e Romão (2011) a presença de necessitados na sociedade é uma constante, afinal sempre existem pessoas necessitadas, e mais, sempre existem necessidades na vida de todos. Não há como fugir disso. Obviamente que há diferenças, pois alguns são desprovidos nas questões mais básicas da vida, vivem na miséria, enquanto outros possuem necessidades que não são essenciais para se viver, mas ainda assim são necessidades.

É diante desse cenário, que na Europa a atitude de ajudar as pessoas tornou-se algo de iniciativa particular movida por caridade pessoal, através do pensamento de que se é melhor dar do que receber.

Hudson (1999, p. 1) afirma que: ”as primeiras civilizações egípcias desenvolveram um severo código moral com base na justiça social. Esse código encorajou as pessoas a ajudar os outros em suas necessidades”

Por relatos mais antigos, como a Bíblia, pode-se verificar que já existiam pessoas necessitadas desde aqueles tempos remotos, buscando meios de sobrevivência. No Novo Testamento, por exemplo, Jesus Cristo curava enfermos, preocupava-se com os famintos, órfãos, viúvas, etc. A caridade tem estado diretamente relacionada ao crescimento das organizações religiosas, desde o cristianismo, passando pelo espiritismo, até o islamismo, enfim, sejam quais forem as crenças (OLIVEIRA e ROMÃO, 2011).

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

Ainda segundo os autores, o que se pode dizer é que o setor que exerce a caridade se encontra desde as mais antigas civilizações do mundo, claramente não sistematizado nem tampouco nomeado de terceiro setor, mas existente em sua essência de ajuda ao próximo.

1.1.3 Origem no Brasil

No Brasil, o surgimento do terceiro setor deu-se através da Igreja Católica Apostólica Romana, afinal as ideias religiosas têm forte relação com o setor voluntário. Vale lembrar que a Igreja Católica teve importante papel durante a ditadura militar no Brasil apoiando movimentos da sociedade, que se opunham ao Governo autoritário da época (EBSEN e LAFFIN, 2004).

Ainda de acordo com os autores, em 1988, com a Constituição Federal, fica claro que a responsabilidade pública não é apenas problema do Estado, mas sim de toda a sociedade. Desse modo, o Estado reconheceu a necessidade da iniciativa privada para auxiliar o que antes era de total atuação pública.

Para os autores atualmente as organizações brasileiras podem ser divididas em três: primeiro, segundo e terceiro setor. O primeiro setor é o Estado, o setor público, que tem por função promover o bem estar da sociedade, zelando principalmente pela saúde, segurança e educação da população. O segundo setor é o privado, aquele que tem por objetivo principal a obtenção de lucro, através de compra, venda e prestação de serviços de modo geral. E por fim o terceiro setor que é aquele que, como anteriormente definido, vem de iniciativa privada para atender muitas vezes lacunas deixadas pelo Estado.

Ainda que muitos tenham o Brasil como um país solidário, pois sempre atende às chamadas ‘causas sociais’, Oliveira e Romão (2011) fazem uma crítica, alegando que falta organização por parte das ações sociais. Visto que o país atende prontamente os apelos feitos em situações críticas vividas pela sociedade, esfriando rapidamente quando esses rumores acabam, se as ações sociais fossem mais organizadas e constantes, se poderia levar, principalmente, maior conforto e auxílio aos que mais sofrem no país. Os autores defendem também que o Brasil, de certo modo, ainda sofre influências de sua colonização motivada pelos interesses individuais e pela sede de lucro rápido, pensamentos que não deram espaço para que houvesse a preocupação do homem em atender às necessidades do próximo.

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

Nas últimas décadas, entretanto, através da luta pelos direitos humanos, civis e sociais, tem-se falado mais na ação social, no trabalho voluntário, e esse setor tem ganhado espaço na sociedade brasileira atual.

1.2 ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

1.2.1 Reconhecimento Jurídico

Segundo Oliveira e Romão (2011), vale ressaltar que no antigo Direito Romano não existia a pessoa jurídica. O conceito de pessoa jurídica foi desenvolvido primeiramente pelo Direito Canônico. Através dele podia-se perceber que a Igreja era uma sociedade autônoma, que podia se autogovernar, e que era autossuficiente para atingir seus objetivos.

Venosa (2006, p. 244) afirma que: “as pessoas jurídicas de direito privado originam-se da vontade individual, propondo-se à realização de interesses e fins privados, em benefício dos próprios instituidores ou de determinada parcela da coletividade”.

O Código Civil (BRASIL, 2002), no seu artigo 44 parágrafo 1, estabelece que:

> são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

Sendo assim, pode-se dizer que as igrejas podem se autorregulamentar, definir sua estrutura interna e organização. Todavia, isso não quer dizer que possam fugir integralmente da estrutura jurídica imposta pelo Código Civil, pois em casos de demanda judicial as entidades religiosas também ficam a mercê do julgamento dos juízes, que podem se basear nas estruturas jurídicas das instituições que se assemelham, como por exemplo, associações civis, que são as mais parecidas (OLIVEIRA e ROMÃO, 2011).

1.2.2 Contabilidade Eclesiástica

Para se falar em contabilidade eclesiástica, vale ressaltar que a contabilidade não muda, é a mesma. Pode-se verificar através das Normas Brasileiras de Contabilidade (CFC, 2012) para as entidades sem fins lucrativos.

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

ITG 2002 4 - Aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros os Princípios de Contabilidade e esta Interpretação. Aplica-se também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados por esta Interpretação.

Isso significa que os registros contábeis das ESFL devem ser feitos seguindo as Normas, Resoluções e os Princípios de Contabilidade.

Vale ressaltar que os Princípios de Contabilidade estão relacionados no Art. 3º da Lei nº 750/93, atualizada pela Lei nº 1.282/10 CFC, e são eles: o da Entidade, da Continuidade, da Oportunidade, do Registro Pelo Valor Original, da Competência e o da Prudência.

Segundo Delaméa (2001), o universo da contabilidade eclesiástica pode se dividir, basicamente, nas seguintes questões: primeiramente deve-se saber que a contabilidade é uma ciência social, que tem seu próprio objeto, o patrimônio; é uma questão de conhecimento científico. Há também a questão de que a contabilidade tem um compromisso ético e social, pois tem a responsabilidade de fornecer à sociedade informações idôneas e transparentes no que se refere ao patrimônio da entidade, bem como levar à administração da Igreja informações seguras e eficazes para a gestão da organização. Pode-se colocar também uma questão mais prática, pois a contabilidade deve estar alicerçada na proteção do patrimônio da entidade. É aqui então que se inserem os aconselhamentos contábeis à gestão, visando a 'saúde' da entidade. Vale ressaltar que isso não se confunde com a função da administração, pois são duas coisas paralelas que não podem ser confundidas.

Para definição de Contabilidade, pode-se citar a de Ribeiro (2010) que afirma que a contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter um controle permanente do Patrimônio da empresa.

Oliveira e Romão (2011) afirmam que a função da contabilidade é facilitar a tomada de decisão por meio de informações patrimoniais, mas infelizmente a mentalidade brasileira coloca a contabilidade como mero instrumento que atende ao fisco, inclusive a maior parte das igrejas apenas utiliza-se da contabilidade para atender ao fisco e não perder sua imunidade tributária.

Entretanto o objetivo da contabilidade não é esse. A contabilidade está relacionada ao controle do patrimônio conforme anteriormente citado por Ribeiro. Ainda de acordo com o autor registros contábeis demonstram a variação patrimonial, portanto devem ser feitos corretamente e sem lacunas.

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

Segundo Oliveira e Romão (2011), muitas Igrejas, por puro desconhecimento, não fazem corretamente os lançamentos contábeis, deixando de lado muitas contas que pertencem à contabilidade. Muitas Igrejas acreditam que apenas o Livro Caixa é suficiente para a contabilidade e não sabem que muitas contas não são contempladas por ele, pois esse livro só demonstra as contas de receitas e despesas, mas não as patrimoniais.

Na realidade, as contas são divididas em dois tipos: as qualitativas e as quantitativas. As primeiras são aquelas em que há alteração patrimonial, ou seja, o que era dinheiro (caixa/banco) pode ser transformado em um terreno, por exemplo, enquanto as quantitativas são aquelas em que há diminuição ou aumento do patrimônio. Quando se recebe o dízimo, por exemplo, há registro de receita, ou seja, aumento de patrimônio (OLIVEIRA e ROMÃO, 2011).

De acordo com os autores, o Livro Caixa não é obrigatório pelo fisco, nem tampouco pela contabilidade, ele apenas auxilia o controle da entidade, e vale ressaltar que, quanto maior o controle, maior a credibilidade.

Para eles, assim como o Livro Caixa, existem outros livros apenas para controle, que não são obrigatórios, como por exemplo, o Livro de Contas-Correntes, que registra todas as movimentações bancárias da entidade, o Livro de Contas a Pagar, que registra todos os compromissos da Igreja, e até mesmo o Livro de Registro de Bens Temporais, que registra todos os ativos imobilizados da organização. Todos eles servem apenas para controle.

Em contrapartida, existem os livros obrigatórios. O Livro Razão é um deles. Esse livro controla todas as contas, desde as de resultado até as patrimoniais, demonstrando seu saldo a qualquer momento. (OLIVEIRA e ROMÃO, 2011).

O Livro Diário é outro exemplo de livro obrigatório. Segundo Iudícibus (1998), nesse livro se registram as operações da empresa, em ordem cronológica, com as seguintes informações: data da operação, conta a ser debitada, conta a ser creditada, histórico da operação, e o valor da operação.

Além dos livros contábeis, existem as demonstrações contábeis, que também podem ser obrigatórias, e serão vistas mais adiante.

1.3 QUESTÕES TRIBUTÁRIAS

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

Quanto às questões tributárias, no que diz respeito às entidades religiosas, vale ressaltar a imunidade tributária, muitas vezes confundida com a isenção fiscal.

1.3.1 Imunidade Tributária

A imunidade tributária é uma garantia constitucional, ou seja, está prevista na Constituição Federal. Essa garantia constitucional proíbe aos poderes tributadores, União, Estados ou Municípios, a instituição de tributos sobre determinadas entidades, pessoas ou até mesmo situações específicas (OLIVEIRA e ROMÃO, 2011).

Os autores ressaltam que a imunidade não protege todas as espécies de tributos, mas eles são claramente definidos pela Carta Magna, bem como as pessoas atingidas por essa garantia.

A Constituição Federal de 1988, no seu Art. 150 proíbe claramente a instituição de impostos sobre templos de qualquer culto e em seu parágrafo 4º define "as vedações expressas no inciso IV, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas relacionadas".

O Código Tributário Nacional (BRASIL, 1966) no seu art. 9º reafirma a imunidade tributária sobre os templos de qualquer culto, mas também, no art. 14 condiciona essa garantia ao cumprimento de alguns requisitos. São eles:

> Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do art. 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:
> I – não distribuírem qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (alteração dada pela Lei Complementar nº 104, de 10-1-2001 – DOU de 11-1-2001).
> II – aplicarem integralmente no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
> III – manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Oliveira e Romão (2011) ainda ressaltam que no artigo acima mencionado, em sua alínea a, está claramente estabelecido que as entidades sem fins lucrativos não podem distribuir renda, patrimônio, a qualquer título aos seus presidentes com o risco de perder sua imunidade tributária, mas vale ressaltar que o fisco já admitiu que no caso das Igrejas, a pessoa do pastor recebe remuneração pelos seus

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

serviços pastorais, e não por ser presidente da organização, sem que haja a perda da imunidade tributária.

Os autores também ressaltam que a imunidade tributária não isenta as organizações de suas obrigações acessórias. Por exemplo, quando se há trabalho assalariado, e essa remuneração atinge a faixa de imposto de renda retido na fonte, a entidade tem a obrigação de retê-lo e recolhê-lo ao governo através do DARF. Nesse caso, a pessoa tributada não é a Igreja, por exemplo, mas sim seu colaborador, por isso ainda existe a obrigação acessória.

1.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE ENTIDADES RELIGIOSAS

A ITG 2002 item 22 (CFC, 2012) estabelece que:

> as demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

E ainda, a norma esclarece que algumas nomenclaturas nas demonstrações devem ser alteradas, sendo que algumas delas estarão citadas a seguir.

1.4.1 Balanço Patrimonial

De acordo com Olak e Nascimento (2010, p. 68): “o Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil indispensável a qualquer tipo de organização, quer explore ou não atividade lucrativa”.

Ressaltam que essa demonstração é considerada uma ‘fotografia’ em dado momento da situação financeira, econômica e patrimonial da entidade, entretanto, se não for feita com critérios, perde seu valor. A grande busca da contabilidade é a qualidade das informações, que está diretamente ligada à forma de classificação (estruturação) e critérios de avaliação e mensuração.

Conforme citado anteriormente, as Normas Brasileiras de Contabilidade (CFC, 2012) definem algumas mudanças nas nomenclaturas de determinadas contas no Balanço Patrimonial. Apenas por uma questão de melhor definição, a ITG

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

2002 23 (CFC, 2012) estabelece que ao invés da conta 'capital social', tem-se 'patrimônio social' e ao invés de 'lucros ou prejuízos acumulados' tem-se 'superávit ou déficit do exercício'.

Olak e Nascimento (2010) esclarecem que o termo 'social' expressa com maior clareza a quem pertence o patrimônio líquido, ou seja, à própria sociedade.

Como nas ESFL não cabe a distribuição, todas as reservas da entidade já pertencem ao patrimônio social.

1.4.2 Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício (DSDE)

Essa demonstração equivale à Demonstração do Resultado do Exercício nas demais entidades e, segundo Olak e Nascimento (2010), tem por objetivo principal evidenciar as atividades dos gestores em um determinado período, ou seja, um exercício.

Por esse motivo é que se denomina demonstração do superávit ou déficit das atividades, e não do resultado do exercício, pois o foco está nas atividades e não no lucro. Claramente no final se chegará ao valor deficitário ou superavitário, mas aqui a preocupação está mais voltada às atividades e projetos do que no resultado em si.

Utiliza-se a nomenclatura superávit e déficit, porque no sentido literal, superávit significa superar, ir além, passar por cima, exceder, sobrar. E para Sá (*apud* Olak e Nascimento, 2010) superávit significa "o excesso da receita sobre a despesa; saldo credor que representa a supremacia dos ganhos sobre os custos; lucro; rédito positivo".

Em contrapartida tem-se o déficit, que significa o que falta para completar, o que fica aquém. Sá (*apud* Olak e Nascimento, 2010, p. 72) define *déficit* como "deficiência de receita sobre a despesa, ou ainda, insuficiência das operações da empresa ou entidade, demonstrada por comparação entre receitas e despesas, onde estas são maiores do que aquelas".

Olak e Nascimento (2010) defendem ainda que como as instituições são 'sem fins lucrativos' seria desarmônico designar seu resultado de 'lucro ou prejuízo'. E por essa alteração na nomenclatura do resultado a demonstração também sofre seus reflexos, por isso 'Demonstração do *Superávit* ou *Déficit* do Exercício' ou ainda 'Demonstração do Superávit ou Déficit das Atividades' ao invés de 'Demonstração do Resultado do Exercício'.

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

1.4.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social (DMPLS)

De acordo com Olak e Nascimento (2010), essa demonstração revela as alterações ocorridas em determinado período de tempo das contas do Patrimônio Líquido, no caso das ESFL, no Patrimônio Líquido Social.

Essa demonstração é muito semelhante à das empresas com fins lucrativos. Nela constam os saldos iniciais, seus acréscimos ou decréscimos e o *superávit* ou *déficit* do exercício.

1.4.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Olak e Nascimento (2010) afirmam que para empresas sem finalidade lucrativa, a DFC, independentemente dos aspectos normativos e formais, é uma demonstração importante para a administração, pois pode servir de apoio aos processos de tomada de decisão e controle gerencial. Claramente não substitui as demais demonstrações, nem tampouco fornece todas as informações necessárias para isso, mas é um instrumento de auxílio à gestão.

Essa demonstração evidencia todos os recebimentos e pagamentos de determinado período, o que de fato entra e sai do caixa da empresa, sempre apresentando seu saldo, que se faz necessário para os demais compromissos da organização. Normalmente as ESFL elaboram essa demonstração para atender a necessidades da própria organização.

1.4.5 Notas Explicativas

De acordo com Chagas (2011), as notas explicativas têm por finalidade detalhar e explicar informações não explícitas nas Demonstrações Contábeis, não contradizendo essas demonstrações nem tampouco as substituindo, porém devendo apresentar realidade e clareza das informações.

As empresas, de modo geral, devem elaborar notas explicativas para complementar as demonstrações contábeis, que possuem informações monetárias. As notas explicativas auxiliam o usuário à melhor compreensão das demonstrações. Conforme ITG 2002 item 27, as Demonstrações Contábeis da Entidades do Terceiro Setor devem conter pelo menos as seguintes notas explicativas:

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

(a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;
(b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
(c) a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse;
(d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
(e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;
(f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;
(g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
(h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;
(i) informações sobre os seguros contratados;
(j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
(k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil;
(l) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;
(m) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;
(n) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.

1.4.6 Plano de Contas

Segundo Oliveira e Romão (2011), o plano de contas serve para orientar e uniformizar os nomes das contas que serão registradas nos livros contábeis. As contas devem ser claras o suficiente para que o leitor possa identificar a que se refere. Além disso, o plano de contas deve adaptar-se a cada ramo de atividade. No anexo I, pode-se verificar um modelo de plano de contas aplicável ao Terceiro Setor.

1.5 FUNÇÕES DA CONTABILIDADE

“Uma das principais finalidades da Contabilidade é demonstrar periodicamente a situação patrimonial, financeira e de rentabilidade das empresas”. (IUDÍCIBUS, 1998, p. 286).

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

As empresas estão o tempo todo tomando decisões, algumas mais e outras menos importantes. Muitas vezes uma escolha mal feita pode prejudicar todo o futuro da organização. Por isso as empresas possuem a necessidade de se basear em dados confiáveis, que as auxilie de toda a maneira na tomada de decisão. Para exemplo dessas decisões podem-se citar diversas situações, como, comprar ou alugar uma máquina, contrair dívidas de curto ou longo prazo, etc. (IUDÍCIBUS e MARION, 2008).

Chagas (2011) defende que o desafio das entidades do Terceiro Setor está na sua gestão, uma vez que são organizações frágeis, que devem ter uma gestão sustentável. Para isso, a contabilidade é a ferramenta principal, pois ela registra todos os fatos da entidade, mensurando-os da melhor maneira e demonstrando-os através de relatórios aos usuários.

Iudícibus e Marion (2008) ainda afirmam que o que se percebe nas empresas é que, em sua maioria, a má gerência é a grande vilã do sucesso da organização, pois decisões tomadas sem dados confiáveis, sem nenhum tipo de respaldo, podem prejudicar radicalmente a empresa, onde comumente se tem uma contabilidade irreal e distorcida que apenas serve como um mero instrumento para atender às exigências do fisco.

Os autores ainda defendem que: “a experiência e o *feeling* do administrador não são mais fatores decisivos no quadro atual; exige-se um elenco de informações reais, que norteiem tais decisões. E essas informações estão contidas nos relatórios elaborados pela Contabilidade”.

Hudson (1999) afirma que existem semelhanças entre os setores. O terceiro setor assemelha-se ao setor privado em alguns fatores, pois frequentemente as organizações vendem serviços, muitas vezes por subsídio, e precisam saber o mínimo das teorias de mercado.

As ESFL, ainda que sejam sem fins lucrativos, devem se manter preocupadas em sobreviver nesse cenário de tomada de decisões, em utilizar seus recursos da melhor maneira possível, pois essas organizações também possuem obrigações como qualquer outra empresa, e podem chegar à falência.

Além disso, a contabilidade é a base para os demais usuários, que não fazem parte necessariamente da entidade. A contabilidade deve atender de forma satisfatória ao governo, que precisa de suas informações para arrecadação de

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

tributos e dados estatísticos, aos investidores, que necessitam as informações contábeis para verificar a solidez do negócio, a possibilidade de geração de lucros futuros, etc., aos fornecedores, para determinar muitas vezes o limite de crédito concedido à empresa, pois através da contabilidade eles podem verificar a capacidade de pagamento da empresa, às instituições financeiras para concessão de empréstimos e limite de crédito, e outros usuários que possam ter interesse em saber as condições econômicas, financeiras, de rentabilidade, entre outras, da empresa (IUDICIBUS e MARION, 2008).

1.6 TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E SUA IMPORTÂNCIA

Ainda que com finalidades sociais, o terceiro setor tem movimentações financeiras e por isso precisa demonstrar da melhor maneira esses fatos para os usuários dessas informações, e isso é possível através das demonstrações contábeis (LIMA, 2003). Assim, as entidades devem ter maior transparência, para conquistar confiabilidade da sociedade.

BLOEDAU e LIMA (2008 *apud* SILVA et al., p. 6) afirmam que:

> essas entidades têm acesso a algumas facilidades, como o financiamento público feito através de isenção de tributos. Além desses recursos, estas entidades recebem doações e contribuições de particulares ou empresas, gerando, com isto, uma necessidade de apresentarem uma adequada prestação de contas, tanto à sociedade quanto ao fisco e aos particulares que financiam, direta ou indiretamente, suas atividades.

Delaméa (2001, p. 10) defende: “esse modelo de transparência, que não tem nada que ver com o escancaramento administrativo ou desrespeito a privacidade (...)”. Quando se fala em transparência, não se quer dizer que se possa invadir a administração eclesiástica, mas sim que os registros contábeis sejam feitos da melhor maneira, afinal, a contabilidade será responsável por essa evidenciação. Para isso, os profissionais devem seguir a ética contábil e atender aos princípios básicos da contabilidade comparados à realidade da Igreja.

2. ESTUDO DE CASO

2.1 Metodologia da Pesquisa

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

Foi elaborada uma pesquisa descritiva, que de acordo com Gil (2010) é aquela que estabelece a descrição das características do assunto pesquisado, e quantitativa, que busca a opinião da população em estudo. Para o estudo de caso foi aplicado um questionário onde constam inicialmente: a) nome do entrevistado; b) cargo que ocupa; c) tempo que trabalha na entidade; d) nome da igreja; e) local da entidade. A pesquisa também foi qualitativa e quantitativa com estudo de caso, pois foram utilizados questionários para obtenção de informações.

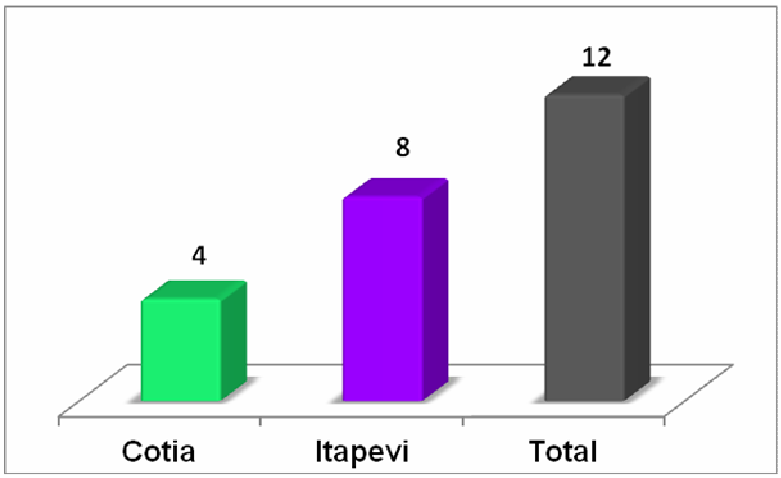
Foram entregues às igrejas evangélicas quinze questionários no total, sendo que em cada questionário havia quatro perguntas abertas, duas perguntas fechadas e nove perguntas em escala *Likert.* A escala *Likert* é composta dos seguintes itens: (1) não concordo plenamente, (2) não concordo em partes, (3) indiferente, (4) concordo em partes, (5) concordo plenamente.

Os questionários foram entregues aos líderes e depois de respondidos, devolvidos à pesquisadora para apuração dos resultados. Dos quinze questionários entregues, apenas doze foram respondidos, sendo que uma igreja se negou a responder e outras duas não tinham informações necessárias para isso, pois elas são centralizadas em suas respectivas sedes.

2.2 Análise dos Dados

O gráfico 1 demonstra quantas igrejas responderam o questionário e de que localidade elas são. Pode-se verificar através do gráfico abaixo que a maioria dos respondentes (67%) são de Itapevi e apenas 33% de Cotia.

Gráfico 1: Igrejas por Região



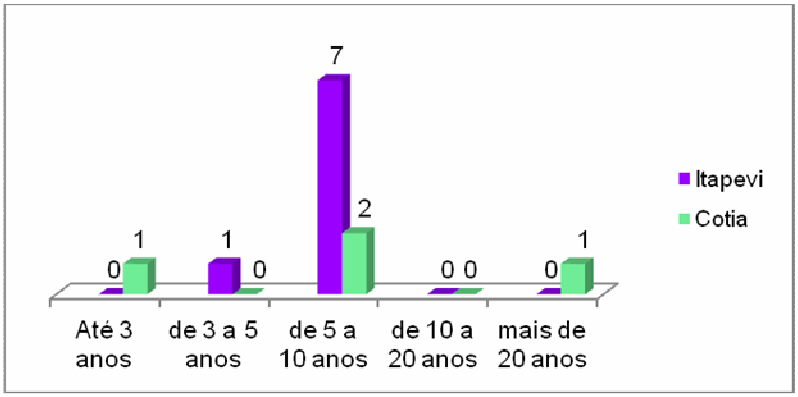
REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

Fonte: elaborado pela autora.

2.2.1 Existência da Entidade

O gráfico 2 evidencia o tempo de existência das entidades. De acordo com o gráfico, pode-se dizer que a maior parte das igrejas existe entre 5 e 10 anos, ou seja, 75% do respondentes.

Gráfico 2: Quantos anos de existência da entidade



Fonte: elaborado pela autora.

2.2.2 Fonte de Receitas

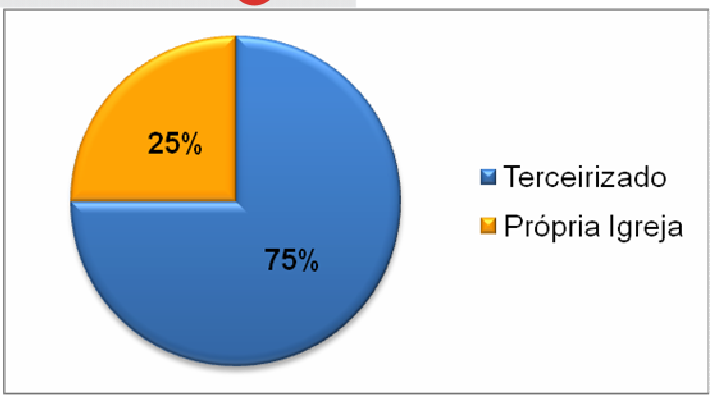
A pergunta número 3, questiona se todas as receitas da igreja provem de dízimos e ofertas. Todas as igrejas responderam positivamente, com apenas uma delas considerando também a existência de lanchonete.

2.2.3 Controle Contábil

A pergunta 4, questiona quem é o responsável pela contabilidade da entidade e de acordo com as respostas pode-se dizer que a maior parte dos respondentes tem seu controle contábil terceirizado por escritórios de contabilidade (75%).

Gráfico 3: Controle Contábil

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

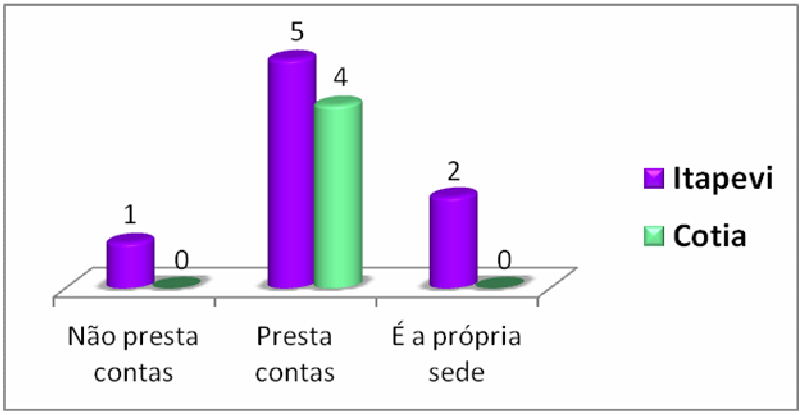


Fonte: elaborado pela autora.

2.2.4 Prestação de Contas

A pergunta 5 diz respeito à prestação de contas das igrejas com sua sede. Os respondentes em sua maioria (75%) prestam contas à sede da igreja, sendo apenas uma independente na sua gestão e duas delas são as próprias sedes.

Gráfico 4: Prestação de Contas



Fonte: elaborado pela autora.

2.2.5 Registro de empregados

A pergunta 6 trata de quantos empregados a entidade tem registrados. Após a apuração dos resultados, verificou-se que nenhuma igreja possui empregados registrados na entidade.

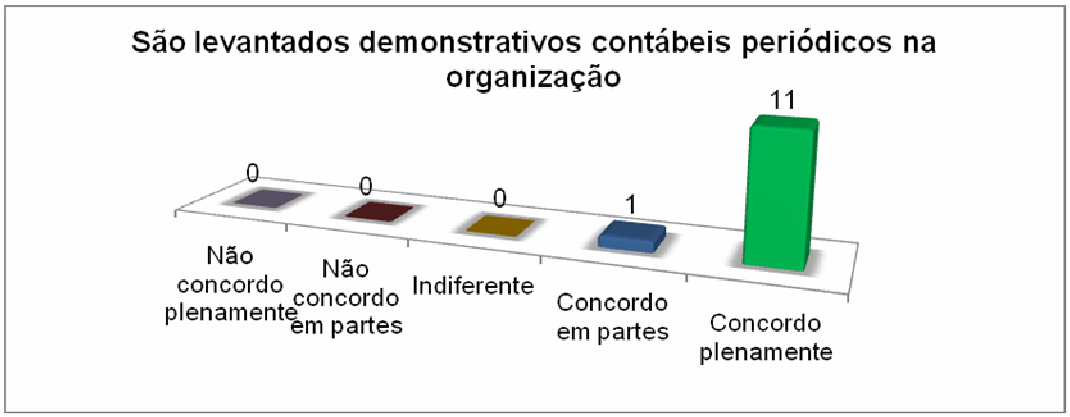
Da pergunta 7 em diante, foi utilizada a escala *likert* para as respostas.

2.2.6 Elaboração de Demonstrativos Contábeis

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

A afirmativa 7 fala sobre o levantamento de demonstrativos contábeis. Todos os respondentes afirmam que fazem o levantamento dos demonstrativos em suas entidades.

Gráfico 5: Levantamento de Demonstrativos Contábeis

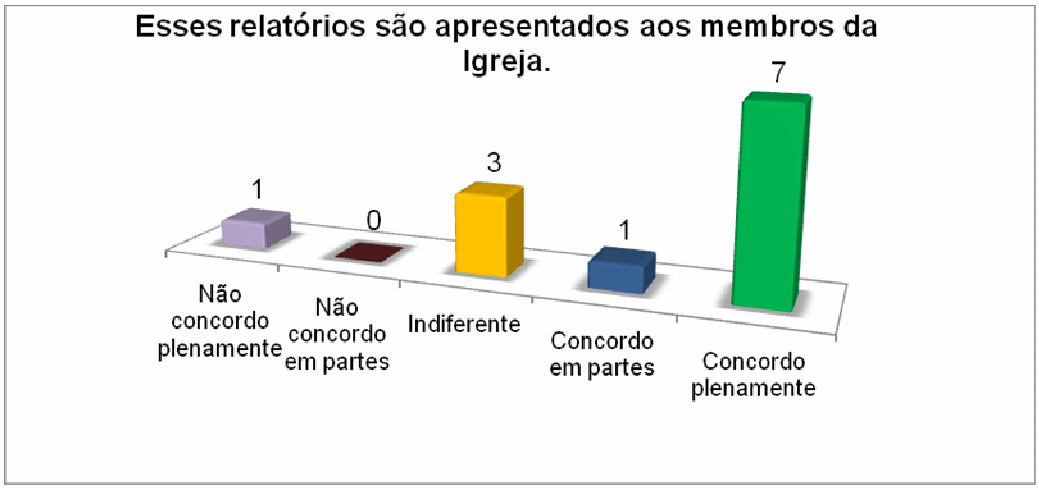


Fonte: elaborado pela autora.

2.2.7 Divulgação dos Relatórios Contábeis aos Membros

A afirmativa 8 refere-se à apresentação dos relatórios contábeis aos membros da igreja. A maioria das igrejas (58%), sete dos respondentes, afirma que apresenta os relatórios contábeis aos seus membros. Três das igrejas (25%) são indiferentes a essa questão e uma afirma não apresentar.

Gráfico 6: Divulgação dos Relatórios Contábeis aos Membros



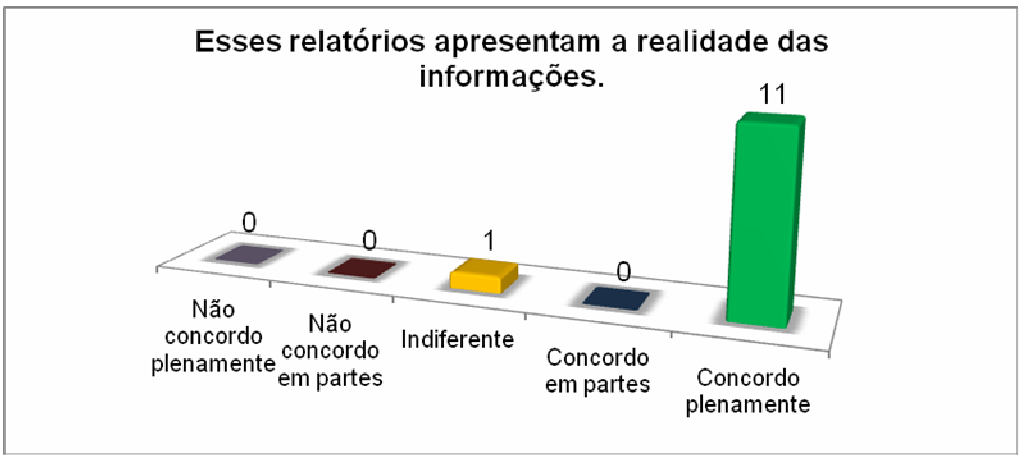
REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

Fonte: elaborado pela autora.

2.2.8 Realidade das Informações

A afirmativa 9 versa sobre a realidade das informações nos relatórios contábeis, isto é, se essas informações possuem veracidade, se estão de acordo com a realidade da entidade. Onze respondentes (92%) concordam plenamente com a afirmativa, sendo apenas uma igreja indiferente nesta questão.

Gráfico 7: Realidade das informações



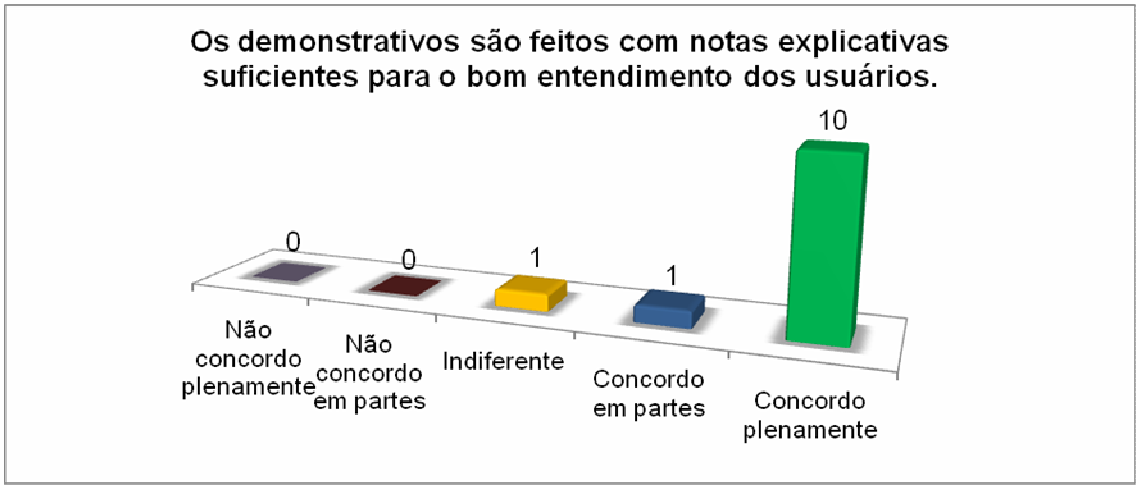
Fonte: elaborado pela autora.

2.2.9 Notas Explicativas

A afirmativa 10 observa o uso das notas explicativas, de modo a constituir o bom entendimento dos usuários. A maioria das igrejas concorda com a afirmação, ou seja, onze dos respondentes, e apenas uma igreja é indiferente.

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

Gráfico 8: Notas Explicativas

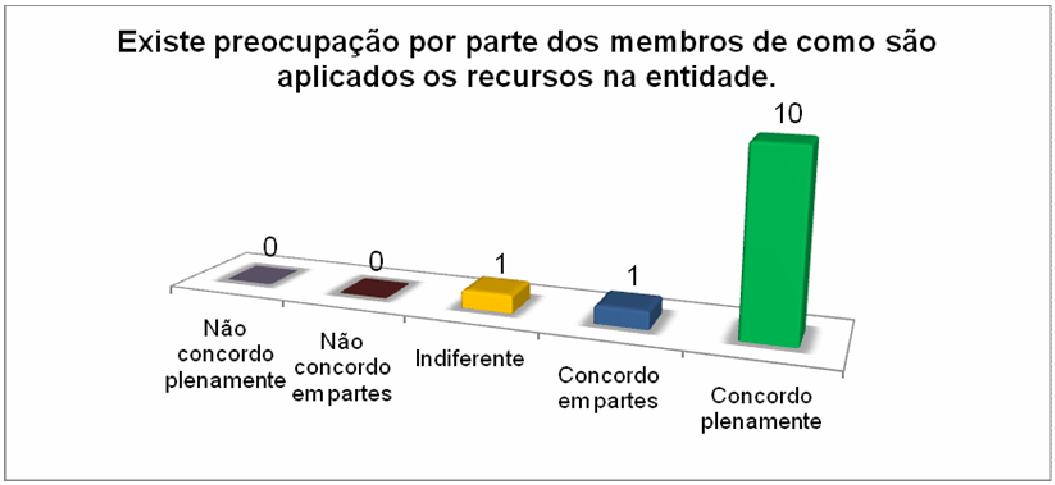


Fonte: elaborado pela autora.

2.2.10 Preocupação dos Membros

A afirmativa 11 diz respeito à preocupação dos membros com a utilização dos recursos da entidade. Onze dos respondentes concordam com a afirmativa e apenas uma igreja é indiferente a essa questão.

Gráfico 9: Preocupação dos Membros de Como São Aplicados os Recursos na Entidade



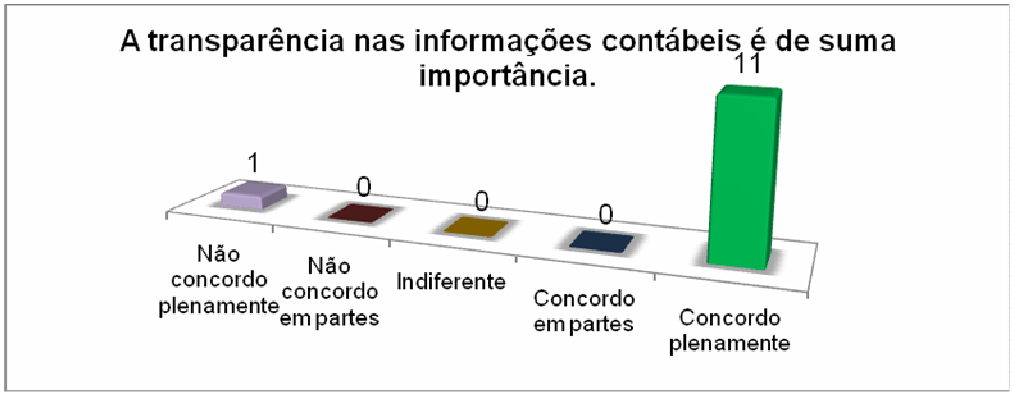
Fonte: elaborado pela autora.

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

2.2.11 Importância da Transparência nas Informações Contábeis

A afirmativa 12 refere-se à importância da transparência nas informações contábeis. Onze dos respondentes (92%) concordam plenamente com a afirmativa, sendo que apenas uma das igrejas (8%) não concorda plenamente com a afirmação.

Gráfico 10: A Importância da Transparência nas Informações Contábeis

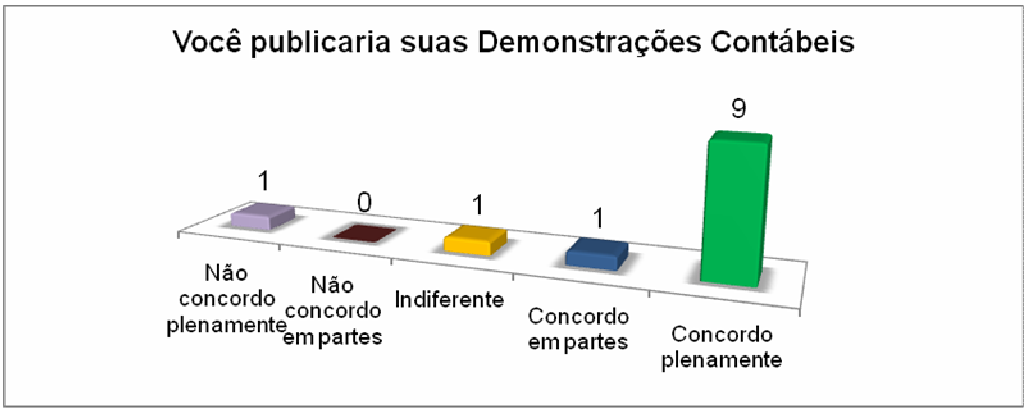


Fonte: elaborado pela autora.

2.2.12 Publicação do Balanço Patrimonial

A afirmativa 13 diz respeito à publicação do balanço patrimonial da entidade e questiona se as entidades publicariam seu demonstrativo contábil. Dez igrejas (84%) dizem que publicariam o balanço patrimonial, sendo uma das igrejas (8%) indiferente nessa questão e outra (8%) afirma que não publicaria.

Gráfico 11: Publicação do Balanço Patrimonial



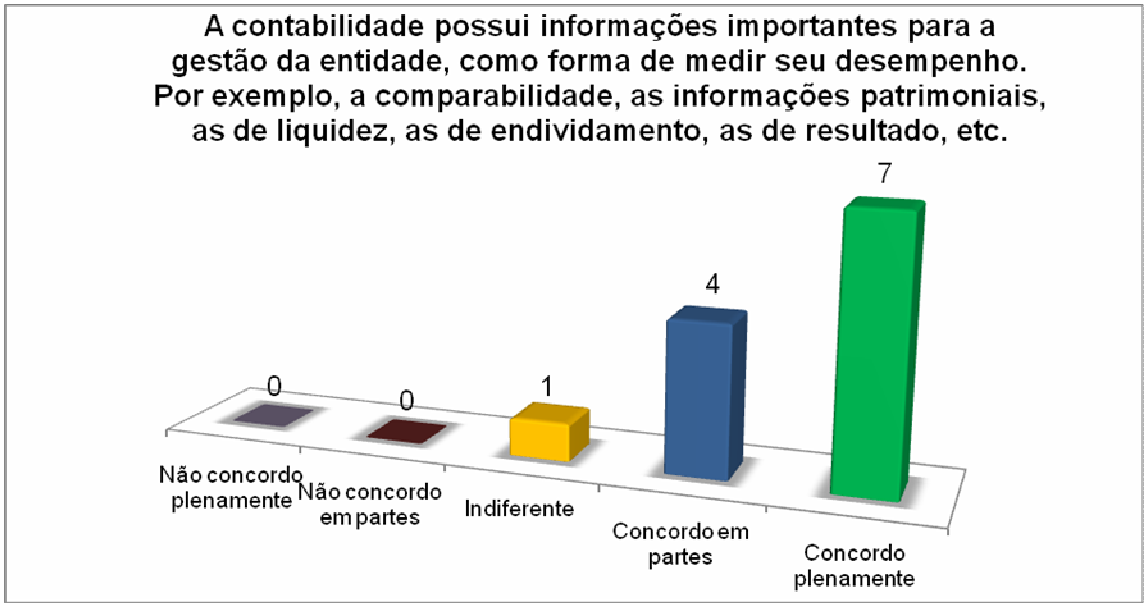
Fonte: elaborado pela autora.

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

2.2.13 Contabilidade como Ferramenta de Gestão

A afirmativa 14 questiona aos respondentes se a contabilidade possui informações importantes para a gestão da entidade, como forma de medir seu desempenho. Sete igrejas (58%) responderam que concordam plenamente com a afirmação e outras quatro igrejas (34%) concordam em partes. Apenas uma (8%) igreja mostrou-se indiferente à questão.

Gráfico 12: A Contabilidade Possui Informações Importantes para a Gestão da Entidade.



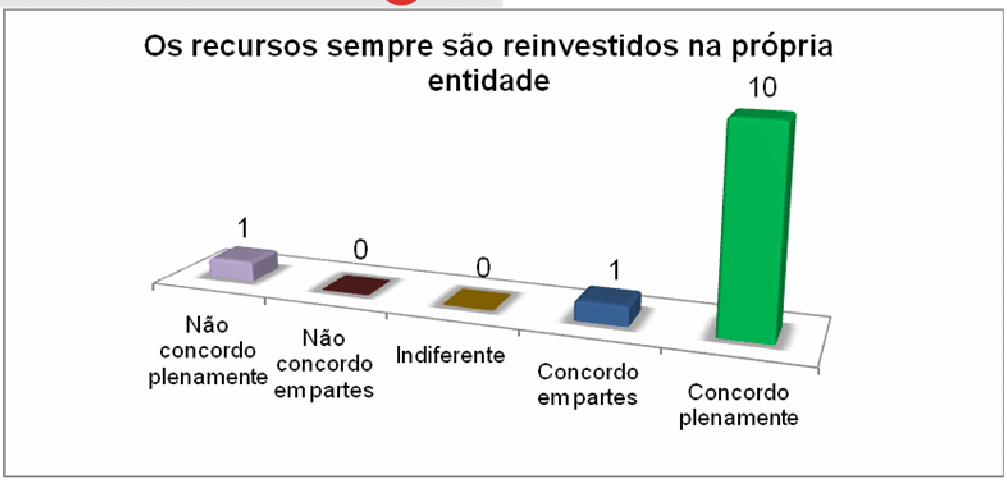
Fonte: elaborado pela autora.

2.2.14 Reinvestimento dos Recursos na Própria Entidade

A afirmativa 15 refere-se ao destino dos recursos da entidade, isto é, se todos eles são reinvestidos na própria igreja. Onze dos respondentes (92%) concordam com o exposto, sendo que apenas uma igreja (8%) não concorda plenamente com a questão.

Gráfico 13: Os Recursos Sempre são Reinvestidos na Própria Entidade

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE



Fonte: elaborado pela autora.

Considerações Finais

O trabalho realizado teve como uma das problematizações verificar as peculiaridades contábeis do Terceiro Setor. Pôde-se comprovar ao longo de seu desenvolvimento a existência de certas diferenças nas demonstrações das entidades do terceiro setor com relação às demais, como, por exemplo, as nomenclaturas que são específicas para essas entidades, o Plano de contas que possui algumas variações conforme anexo I, sempre prezando pela transparência das informações, e a importância da contabilidade inclusive no intuito de preservar a imunidade gozada.

Verificou-se também, como a outra problematização e objetivo geral, se as igrejas possuem a transparência necessária para a sociedade, até mesmo para proteger-se dos críticos, que muitas vezes se encontram entre os próprios membros. Através dos questionários respondidos, pôde-se comprovar que a maior parte das igrejas entrevistadas (75%), presta contas às suas sedes a respeito da sua gestão, 58% concorda com a apresentação dos demonstrativos contábeis aos membros das igrejas, 92% afirma que os relatórios contábeis são condizentes com a realidade da entidade e que possui notas explicativas suficientes para a compreensão dos relatórios. De acordo com as respostas obtidas, a maior parte das entidades zela pela transparência nas informações e possui controle contábil em sua entidade, na maioria das vezes elaborado por escritórios de contabilidade terceirizados.

Onze dos respondentes concordam com a importância da transparência nas informações contábeis (a grande maioria) e apenas uma igreja não concorda com a

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

afirmação. A respeito da publicação do balanço patrimonial, nove igrejas concordam com essa proposta, que seria um meio eficaz de evidenciar o patrimônio das igrejas e haver mais transparência delas perante a sociedade. Pôde-se também verificar que a maior parte das igrejas concorda com a importância da contabilidade na gestão da entidade.

A base das entidades do terceiro setor está em não haver finalidade lucrativa, entretanto haver reinvestimento dos recursos na própria entidade. Verificou-se que a maior parte das entidades reinveste os recursos obtidos na própria entidade, entretanto uma das igrejas afirma não reinvestir. Essa resposta negativa representa a falta de conhecimento dos gestores de que tal fato pode resultar na perda da imunidade tributária, que normalmente representa algo de importância nessas entidades que vivem sem finalidade lucrativa.

Pode-se então concluir com o desenvolvimento deste trabalho que as igrejas respondentes de Cotia e Itapevi possuem os devidos registros contábeis e que a maioria delas também tem preocupação com a transparência das informações contábeis da entidade. Ainda que um dos respondentes não concorde com a exposição dos demonstrativos, como por exemplo, a apresentação deles aos membros ou até mesmo a publicação do balanço patrimonial, a maioria das igrejas tem ciência da importância da transparência contábil e da elaboração dos registros contábeis, que muitas vezes têm a finalidade de proteção à entidade, desde comprovar ao fisco o reinvestimento dos recursos na própria entidade até comprovar sua seriedade diante dos membros e sociedade.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Código civil brasileiro.** (2002) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 15 set. 2012.

BRASIL. **Código tributário nacional.** (1966) Disponível em: <http://www.fisconet.com.br/user/codigos/ctn/indice_ctn.htm>. Acesso em: 15 nov. 2012.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil.** (1988) Disponível em: <b>. Acesso em: 15 set. 2012.

CHAGAS, M. L. O. **Uso da contabilidade do terceiro setor no controle de uma instituição eclesiástica**. Um Estudo de Caso na Igreja Batista da Cidade de

Vertentes-PE. Caruaru, 2011. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Ciências Contábeis, Faculdade do Vale de Ipojuca.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Interpretação técnica ITG 2002.** Entidade sem finalidade de lucros. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001409>. Acesso em: 09 nov. 2012.

_____. **Resolução nº 750.** De 29 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/resolucaocfc774.htm>. Acesso em: 15 set. 2012.

DELAMÉA, E. **Contabilidade eclesiástica**. Algumas questões operacionais. São Paulo: Loyola, 2001. p.10.

DELATORRE, R. M. **Mensuração do resultado social no contexto das organizações do terceiro setor**. São Paulo, 2002. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Administração, Universidade de São Paulo. 2002.

EBSEN, K. S.; LAFFIN, M. Terceiro Setor e Contabilidade: Compilações de uma Pesquisa. **Revista contemporânea de contabilidade.** (2004) p. 12. Disponível em: <http://www.rcc.ufsc.br/edicao1/documentos/artigo_1.pdf> Acesso em: 10 dez. 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 25-38.

HUDSON, M. **Administrando organizações do terceiro setor.** O Desafio de Administrar sem Receita. 1 ed. São Paulo: Makron Books, 1999, p. XII.

IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade introdutória**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1998. p. 52.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores.** São Paulo: Atlas, 2008. p. 1-2.

LIMA, F. G. **A contabilidade como instrumento essencial no desenvolvimento das entidades do terceiro setor: o caso ACACCI**. Capes. (2003) p. 16. Disponível em: <http://www.fucape.br/_admin/upload/prod_cientifica/prod_86_a_contabilidade.pdf> Acesso em: 17 dez. 2011.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos.** Terceiro Setor. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 52-77.

OLIVEIRA, A.; ROMÃO, V. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas.** Trabalhista, Previdenciária, Contábil e Fiscal. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 10.

SÁ, N. V. de A.; MAEDA, E. K. C.; FARIA, M. A. de. **Diretrizes para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis São Roque, 2010. p. 91. Disponível em: <http://www.facsaoroque.br/novo/downloads/pdf/diretrizes_fac_050410.pdf.> Acesso em: 29 nov. 2011.

SILVA, E. R. P. da, et. al. **A Contabilidade no terceiro setor**. Belo Horizonte. s/d. 15 f. Disponível em: <www.faminasbh.edu.br/parlatorium/baixar.php?id=329>. Acesso em: 01 set. 2012.

VENOSA, S. S. **Direito civil:** Parte Geral. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 244.

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

APÊNDICE A

FAC SÃO ROQUE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, da pesquisa: Contabilidade Eclesiástica.

Caso aceite participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço da pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: Contabilidade Eclesiástica.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Jéssica Yumi Kurauti Stephano

ENDEREÇO: Rua Indusquima, 123, Jardim Leonor, Cotia-SP.

TELEFONE: (11) 99643-0020.

OBJETIVOS: Entrevistar uma amostragem das igrejas de Cotia e Itapevi para verificar a transparência e a utilização das informações contábeis.

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: ( ) SIM ( ) NÃO

Entrevistado:_____

Cargo:_____

Tempo que trabalha na entidade: _____

Nome da Igreja:_____ **Local**:_____

Data: Cotia, ____ de _____ de 2012.

_____ _____

Assinatura do Pesquisador **Assinatura do Entrevistado**

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

APÊNDICE B

Questionário

Pesquisa fundamental para a realização do Artigo exigido para conclusão do curso pela FAC - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque.

Direcionado às Igrejas de Cotia e Itapevi.

Tema: Contabilidade Eclesiástica.

1) Há quantos anos existe essa entidade?

( ) até 3 anos

( ) de 3 a 5 anos

( ) de 5 a 10 anos

( ) de 10 a 20 anos

( ) mais de 20 anos

2) Quais são os gastos habituais? _____

_____.

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

3) Todas as receitas são provenientes dos membros, através de dízimos, ofertas e doações? Se não, quais são as outras fontes de recurso?_____ _____.

4) Quem é o responsável pelo controle contábil da entidade?_____ _____.

5) A entidade presta contas à sede quanto a sua gestão ou tem liberdade e independência para administrá-la? _____.

6) Existem quantos funcionários registrados na igreja?

( ) nenhum ( ) 1 a 5 ( ) 6 a 10 ( ) mais de 10

Para as afirmativas abaixo responda: (1) Não concordo plenamente; (2) Não concordo em partes; (3) Indiferente; (4) Concordo em partes; (5) Concordo plenamente.

Questões	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
7) São levantados demonstrativos contábeis periódicos na organização.					
8) Esses relatórios são apresentados aos membros da Igreja.					
9) Esses relatórios apresentam a realidade das informações.					
10) Os demonstrativos são feitos com notas explicativas suficientes para o bom entendimento dos usuários.					
11) Existe preocupação por parte dos membros de como são aplicados os recursos na entidade.					
12) A transparência nas informações contábeis é de suma importância.					
13) Você publicaria seu Balanço Patrimonial.					

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

14) A contabilidade possui informações importantes para a gestão da entidade, como forma de medir seu desempenho. Por exemplo, a comparabilidade, as informações patrimoniais, as de liquidez, as de endividamento e as de resultado.					
15) Os recursos sempre são reinvestidos na própria entidade.					

ANEXO I

Modelo de Plano de Contas

1. Ativo
1.1 Circulante
1.1.1 Disponibilidades
1.1.1.01 Caixa
1.1.1.02 Bancos Conta Movimento – Recursos Livres
1.1.1.03 Bancos Conta Movimento – Recursos de Terceiros
1.1.1.04 Bancos Conta Movimento – Recursos com Restrições
1.1.1.05 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos Livres
1.1.1.05 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata –Recursos de Terceiros
1.1.1.07 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com Restrições
1.1.2 Créditos a Receber
1.1.2.01 Aplicações Financeiras a Prazo
1.1.2.02 Cheques a Depositar
1.1.2.03 Mensalidades a Receber
1.1.2.04 Atendimento a Receber
1.1.2.05 Valores Pendentes de Prestação de Contas
1.1.2.06 Antecipação de Recursos em Projetos e Parcerias
1.1.2.07 Despesas Antecipadas
1.1.2.08 Outros Valores a Receber
1.1.2.09 Gratuidade – Renúncia de Receita
1.1.3 Permanente
1.1.3.01 Investimentos
1.1.3.02 Imobilizado
1.1.3.03 (-) Depreciação Acumulada
1.1.3.04 Diferido
1.1.3.05 (-) Amortização Acumulada
2. Passivo + Patrimônio Social
2.1 Circulante
2.1.1 Obrigações com Instituições de Crédito
2.1.2 Vinculado ao fornecimento de Material e Serviços
2.1.2.01 Fornecedores
2.1.3 Vinculado a Consignações

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

2.1.3.01 Previdência Social
2.1.3.02 Imposto de Renda na Fonte
2.1.3.03 Sindical
2.1.3.04 Pensão Alimentícia
2.1.3.05 Convênios
2.1.3.06 Outras Consignações
2.1.4 Vinculado a Obrigações Tributárias
2.1.5 Obrigações com Empregados
2.1.6 Recursos de Projetos
2.2 Exigível a Longo Prazo
2.2.1 Obrigações com Instituições de Crédito
2.2.2 Outras Obrigações de Longo Prazo
2.3 Patrimônio Social
2.3.1 Fundo Patrimonial
2.3.1.01 Fundo Institucional
2.3.1.02 Fundos Especiais
2.3.1.03 Doações e Subvenções
2.3.2 Superávit ou Déficit Acumulado
2.3.2.01 Superávit Acumulado
2.3.2.02 Déficit Acumulado
3. Despesas
3.1 Recursos Humanos
3.1.1 Remuneração de Pessoal com Vínculo Empregatício
3.1.2 Benefícios a Pessoal com Vínculo Empregatício
3.1.2.01 Condução Urbana
3.1.2.02 Alimentação
3.1.2.03 Aperfeiçoamento Profissional
3.1.3 Encargos Sociais
3.1.4 Remunerações de Pessoal sem Vínculo Empregatício
3.2 Despesas Administrativas
3.2.1 Manutenção de Infraestrutura
3.2.2 Serviços Comunicação
3.2.2.01 Locação de Equipamento de comunicação
3.2.2.02 Uso da Internet
3.2.2.03 Tarifa de Telefonia
3.2.3 Apoio Administrativo
3.2.3.01 Aluguel de imóveis
3.2.3.02 Tarifa de Energia Elétrica
3.2.3.03 Material de Limpeza
3.2.3.04 Material de escritório
3.2.3.05 Aluguel de equipamentos
3.2.3.06 Tarifa de Água e Esgoto
3.2.3.07 Combustíveis e Lubrificantes
3.2.3.08 Viagens e Estadas
3.2.4 Despesas Financeiras
3.3 Atividade Educacional
3.4 Assistência Social
3.5 Atividade Esportiva
3.6 Assistência de Saúde

REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E NEGÓCIOS FAC SÃO ROQUE

3.7 Proteção Ambiental
3.8 Provisões
3.9 Despesa Extraordinária
3.9.1 Perda na Baixa de Bens do Ativo Permanente
3.9.2 Contrapartida de Convênios e Contratos
3.9.2.01 Pessoal Encargos e Benefícios
3.9.2.02 Material de Uso e Consumo
3.9.2.03 Equipamentos
3.9.2.04 Serviços
4. Receitas
4.1 Ordinárias
4.1.1 Custeio
4.1.1.01 Doações
4.1.1.02 Subvenções
4.1.1.03 Taxas de Administração
4.1.1.04 Repasses Financeiros
4.1.1.05 Venda de Bens e Serviços
4.1.5.06 Mensalidades
4.1.2 Atividade Educacional
4.1.3 Assistência Social
4.1.4 Atividade Esportiva
4.1.5 Assistência de Saúde
4.1.6 Proteção Ambiental
4.2 Receitas Financeiras
4.2.1 Fundos Próprios
4.2.1.01 Renda de Títulos
4.2.1.02 Renda Moratória
4.3 Outras Receitas
4.3.1 Recuperações
4.9 Receitas Extraordinárias
4.9.1 Ganho na Baixa de Bens do Ativo Permanente
5 Variações Patrimoniais
5.1 Benefícios Obtidos – Gratuidade
5.1.1 Obtenção de Renuncia Fiscal
5.1.2 Obtenção de Serviços Voluntários
5.1.2.02 Educação
5.1.2.03 Assistência Social
5.1.2.04 Esporte
5.2 Benefícios Concedidos – Gratuidade
5.2.1 Benefício Integral
5.2.2 Benefício Proporcional
6 Encerramento do Exercício
6.1 Apuração do Resultado
6.1.1 Superávit do Exercício
6.1.2 Déficit